



CONSELHO
DAS ESCOLAS



REPÚBLICA
PORTUGUESA

EDUCAÇÃO

ATA DA 12.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

27 de março de 2020

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte, nos termos do n.º 2 do art.º 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 5/2013, de 29 de agosto, pelas catorze horas e trinta minutos reuniu, em sessão extraordinária, por videoconferência, sobre a plataforma Microsoft Teams, o Plenário do Conselho das Escolas, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, constante na convocatória de vinte e quatro de março: _____

Ponto um - Discussão e aprovação da ata da reunião anterior; _____

Ponto dois - Análise da situação educativa atual, no quadro da COVID-19. _____

Estiveram presentes os conselheiros Amílcar Santos, Ana Cláudia Cohen, Anabela Soares, António Castel-Branco, António Ventura Pinto, Carlos Percheiro, Fátima Pinto, Fernando Almeida, Fernando Elias, Francisco La Féria, Idalécio Nicolau, João Andrade, João Caiado, Joaquim Tomaz, Jorge Nascimento, José Alfredo Mendes, José António de Sousa, José Eduardo Lemos, Lucinda Ferreira, Margarida Fonseca, Maria Celeste Sousa, Maria Manuela Machado, Renato Madeira e Rosalina Pinheiro, num total de 24. Faltaram à reunião os conselheiros José Manuel Carreira, Maria José Ascensão e Maria Júlia Gradeço. _____

Ponto um: Discussão e aprovação da ata da reunião anterior. _____

O Presidente, após abrir a sessão, informou que ainda não lhe tinha sido entregue a ata da reunião anterior, pelo que a mesma seria apresentada e aprovada numa próxima reunião. _____

Ponto dois: Análise da situação educativa atual, no quadro da COVID-19. _____

O Presidente explicou sucintamente a finalidade da presente reunião e abordou, de seguida, a reunião ocorrida oportunamente com o Secretário de Estado e Adjunto da Educação que considerou importante. Nessa reunião foi transmitido que o Governo quer aulas no 3.º Período - o que lhe parece ser legítimo e compreensível - pelo que funcionará o regime de ensino à distância e haverá avaliação final dos alunos. Quanto às provas finais e exames à distância, ainda não está decidido se haverá ou não. _____

De seguida abordou algumas questões sobre o roteiro do Ministério da Educação que apresentará princípios orientadores sobre o Ensino à Distância nas Escolas, tendo referido que parece haver compreensão por parte do Ministério pelos problemas mais evidentes neste processo e com os quais se confrontarão as Escolas. _____

Concluída esta sua primeira intervenção, o Presidente solicitou que cada conselheiro fizesse uma análise da situação educativa atual, no quadro da COVID-19, na sua Escola/Agrupamento. _____

O conselheiro Amílcar Santos, referindo-se à situação do seu Agrupamento, considerou duas dimensões - o curto tempo entre o final das aulas e o encerramento do 2.º período, pelo que não há tempo para se proceder ao levantamento de dificuldades e do equipamento/internet necessário. Em todo o caso, são muitos os alunos que não dispõem de meios tecnológicos. _____

O conselheiro António Castel-Branco referiu que a sua principal preocupação é que o ensino à distância não chega a todos os seus alunos. Metade deles não acede às plataformas, sendo que para estes estão a enviar trabalhos em suporte de papel. O ensino à distância está a criar uma enorme desigualdade entre os alunos. Se vamos ter no 3.º Período aulas à distância, como será com os alunos que não têm equipamentos nem condições de trabalho, questionou. _____

O conselheiro Francisco La Féria referiu que no seu Agrupamento estão a procurar dar respostas de primeira linha - comunicação à distância e conectividade. A resolução deste problema passa pela ajuda de apoios externos e o recurso aos alunos dos cursos profissionais. Referiu ainda que os alunos vivem em muitas localidades que não têm acesso a rede móvel. Vão recorrer às Juntas de Freguesia para impressão e entrega dos trabalhos aos alunos. Também há situações em que os estafetas dos CTT transportam semanalmente os trabalhos aos alunos. Por último, sugeriu que, no IRS de 2020, as despesas de aquisição de equipamento informático pudessem ser incluídas nas despesas da educação. _____

O conselheiro João Andrade reiterou tudo o que foi dito anteriormente. Salientou, ainda, a importância que nesta fase assume um regime de empréstimo de computadores aos alunos que não têm equipamento e o papel social da Escola no acompanhamento dos alunos em situação de carência. Referiu, por fim, uma situação marginal - o teor de um ofício circular que chegou às Escolas sobre o regime de avaliação neste processo de transição a aplicar aos alunos sujeitos ainda ao disposto no Decreto-Lei número cento e trinta e nove barra dois mil e doze, de cinco de julho. Fez diligências recentes junto da Direção-Geral da Educação para que a disciplina de Educação Física não contasse para o apuramento da classificação final dos alunos de todos os cursos do ensino secundário, por se reconhecer que pode haver uma grande diferença entre quem teve aulas nas escolas abrangidas pelo Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular (PAFC) e as restantes. _____

A conselheira Fátima Pinto referiu que no Alentejo as preocupações já evidenciadas são idênticas. As desigualdades atuais são bem maiores. A ruralidade local acentuou-as. Já fizeram o levantamento das situações relativamente aos equipamentos e internet. Estão a trabalhar com a Autarquia a eventual resolução desta situação. Estão também a uniformizar o recurso a uma só plataforma - a Google Meet. Entretanto também há professores que não têm condições para o trabalho à distância, por falta de equipamento ou má rede da internet. A principal dificuldade é que não há igualdade para todos, salientou. Manifestou ainda preocupação com a forma como vão decorrer as reuniões de avaliação dos conselhos de turma no segundo período letivo. _____

A conselheira Ana Cláudia Cohen começou por retomar a questão suscitada pelo conselheiro João Andrade sobre a Educação Física no ensino secundário, referindo que o que determina a situação é o alcance e sentido do que se encontra plasmado no preâmbulo do Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e dezoito, de seis de julho. De seguida, referindo-se ao momento que se está a viver disse que desde o dia dezassete de março que tinha aulas *online* no seu Agrupamento. Apelou à

responsabilização social dos professores. As aulas estão configuradas num horário entre as nove horas e as dezasseis e quinze, com unidades de trinta minutos e com intervalos. Também estabeleceram planos alternativos para chegarem aos alunos que não têm equipamento nem internet. Numas situações, estão a recorrer a tabletes e computadores da Escola e da Câmara Municipal e, noutras, as Juntas de Freguesia vão levar a casa dos alunos as atividades escolares em suporte de papel. Foi, entretanto, agendada uma reunião com a CPCJ para se definir a melhor intervenção nos casos sinalizados. O seu Agrupamento está organizado por semestres. Estão a treinar o ensino à distância, com monitorização semanal, para que depois se possa arrancar logo no 3.º Período. _____

O conselheiro Joaquim Tomaz referiu que no seu Agrupamento os problemas são comuns. Adiantou que é preciso pensar noutras soluções e em novas tecnologias. De seguida questionou se haverá ou não devolução e recolha dos manuais escolares, defendendo que já deveríamos ter manuais digitais para serem entregues, pelo menos, aos alunos carenciados. Considerou ainda necessário que as Escolas e os professores tenham equipamentos e não apenas os alunos. _____

A conselheira Anabela Soares salientou que no seu Agrupamento as dificuldades dos alunos se relacionam com o acesso à internet e a falta de equipamentos. Referiu que é necessário anular já as provas de aferição e as provas finais do nono ano de escolaridade. Considerou ainda ser importante lecionar os conteúdos para o décimo segundo ano e só com condições presenciais é que é possível preparar os alunos ou ajustar as matérias do décimo primeiro e décimo segundo ano. Por último, chamou a atenção para a necessidade da tutela dar resposta à questão das aulas observadas no âmbito da avaliação do desempenho docente, as quais não se podem realizar no contexto atual. _____

O conselheiro José Alfredo Mendes referiu que a falta de condições tecnológicas, por todos referida, tem muito a ver com a utilização da tecnologia nas aulas pelos professores. De seguida disse que o seu Agrupamento tinha noventa e nove turmas e que já utilizavam a plataforma Teams. A sua preocupação atual prende-se com o desfazamento das disciplinas e dos programas, uma vez que há um desajustamento entre as necessidades dos alunos e aquilo que os programas preveem. Por exemplo, os alunos ainda não sabem resolver as operações simples. Em matéria da avaliação dos alunos, considera importante haver um 3.º período para se ratificarem as decisões do segundo período, para não se criarem injustiças ou falta de equidade. Disse ainda que o ensino profissional vai continuar. Há computadores para estes alunos. No caso dos alunos do primeiro, segundo e terceiro ciclo e os alunos do ensino secundário preconizou a necessidade de um programa especial que permita às Escolas poderem apoiá-los. Finalmente, salientou uma outra dimensão a ter em conta - o próximo ano não pode ser igual aos anteriores. Tem de haver um conjunto de medidas, definidas centralmente ou através da autonomia das Escolas que assegurem um tempo para a recuperação das aprendizagens dos alunos. _____

Concluído um primeiro momento de intervenções, o Presidente do Conselho das Escolas abriu uma segunda ronda de intervenções. _____

O conselheiro João Andrade, voltando à questão da avaliação na disciplina de Educação Física no ensino secundário, referindo-se ao disposto no preâmbulo no Decreto-Lei número cinquenta e cinco barra dois mil e dezoito, reiterou que não se compreende por que razão há distinção entre os alunos cujo currículo se encontra ao abrigo do Decreto-Lei número cento e trinta e nove barra dois mil e doze e os outros,

do PAFC. Na sua opinião não há justificação para se aplicar àquele grupo de alunos em particular. _____

O conselheiro Carlos Percheiro começou por dizer que subscrevia a intervenção da conselheira Anabela Soares. Disse que vão surgir reclamações sobre a avaliação. Considerou que o nosso país não é avançado tecnologicamente e referiu que também haverá situações de aproveitamento descarado da pandemia. Entende que este será um ano perdido, mas que as Escolas não devem fugir às suas responsabilidades e, nesse sentido, entende que, em relação ao ensino à distância, devem definir-se quais os conteúdos programáticos a ser lecionados para este mês, mês e meio de aulas que faltam. Neste contexto, é fundamental o pragmatismo e a reformulação dos conteúdos mínimos essenciais que têm que ser lecionados. _____

O conselheiro Amílcar Santos disse subscrever a síntese do conselheiro Carlos Percheiro. Referiu de seguida que o estrago está feito e que, agora, estamos numa fase de mitigação. As Escolas foram muito eficientes a tentar minorar os efeitos para os alunos. Agora importa mobilizar as Autarquias e as Associações de Pais para nos ajudar. Também acha que este será um ano perdido, mas que as Escolas podem ainda definir algumas medidas que ajudarão a ultrapassar estes constrangimentos, nomeadamente, a definição de quantos tempos de aula síncrona e assíncrona devem ter os alunos por semana. Também defendeu o envio, via CTT, para os alunos sem acesso à internet, dos materiais das aulas. Salientou, de seguida, que não vale a pena apostar-se numa grande dispersão de plataformas e outros recursos mobilizáveis, sob pena de se criar confusão nos próprios alunos. A concluir, referiu que as provas de aferição e as provas finais não se devem realizar e que em setembro de dois mil e vinte deve verificar-se uma reformulação dos conteúdos, sendo que a tutela já devia ter dado orientações sobre estas matérias. _____

O conselheiro Fernando Elias começou por referir que as questões no seu Agrupamento são basicamente as mesmas que já foram abordadas pelos anteriores conselheiros: nem todos os alunos do seu Agrupamento têm Internet ou meios informáticos; as infraestruturas tecnológicas existentes não estão preparadas para uma quantidade de acessos em massa por parte dos utilizadores; o próprio conhecimento e prática no uso dos dispositivos e das ferramentas não é o melhor; não estavam todos preparados para esta nova e inesperada forma de interação pedagógica à distância. Assim verificou-se alguma acentuação de assimetrias e de constrangimentos (alunos e professores), por menor conhecimento e prática no uso de dispositivos e ferramentas e/ou não acesso à Internet ou meios informáticos. Entretanto, no seu Agrupamento, os Departamentos Curriculares aferiram, até treze de março, o ponto de situação das matérias lecionadas e agora estão a identificar os conteúdos programáticos por lecionar, as aprendizagens essenciais e competências por adquirir e que se constituam como requisito para as aprendizagens sequenciais. As tarefas/atividades a planificar vão ter em conta os conteúdos relevantes para consolidação e desenvolvimento de aprendizagens tipicamente lecionadas no terceiro período ou de relevância para as aprendizagens sequenciais (ano de escolaridade seguinte), com as necessárias adaptações e simplificação ao contexto em que vivemos. Quanto à avaliação, os Departamentos vão estudar novas formas de avaliação que permitam o alinhamento entre a modalidade de aprendizagem, respetivas metodologias, práticas de avaliação e instrumentos de avaliação. Será necessário reajustar os critérios de avaliação. Referiu ainda que estão a estabelecer contactos com a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e outras organizações e

associações locais, para minimização da falta de equipamentos. Quanto aos meios tecnológicos, já ficou aprovado que no contexto atual será utilizado o mais simples e exequível e aquele com o qual cada docente se sinta mais familiarizado; em particular, quem dominar a Plataforma Microsoft Teams, recorre à mesma; serão disponibilizados, através de e-mail, materiais complementares ao estudo aos alunos e informações e materiais diversos aos docentes. Serão enviados aos alunos conteúdos preparados por terceiros (por exemplo, Escola Virtual). Por último, disse que se deve proceder à anulação da realização das provas de aferição e suspender, no presente ano letivo, a realização das Provas Finais do 9.º ano. _____

O conselheiro e Presidente do Conselho das Escolas, José Eduardo Lemos, nesta sua segunda intervenção começou por referir que estamos num tempo de mudança de paradigma, pelo que devemos ser realistas e pragmáticos e não pensarmos que é possível transferir, em três meses, uma escola presencial para uma escola à distância, afirmou. O ensino à distância será muito prejudicial para os alunos e vai cavar e evidenciar desigualdades. Os professores têm de estar disponíveis para trabalhar à distância, mas há que dizer que há muitos professores e alunos que não estão preparados nem podem preparar-se devidamente em tão curto espaço de tempo. De seguida salientou que as Escolas devem afirmar que, para se darem passos consequentes e produtivos, é preciso que o Ministério da Educação forneça os meios necessários. O Ministério da Educação, continuou, deve apresentar até nove de abril uma abordagem estratégica para o primeiro, segundo, terceiro ciclo e ensino secundário. Certamente, não teremos aulas presenciais tão depressa como gostaríamos e, com as aulas à distância, vamos ter que valorizar a avaliação formativa. Não é possível termos avaliação sumativa credível, quer interna, quer externa, com ensino à distância. Seria realista, adiantou, que o Ministério da Educação pensasse em suspender as provas de aferição e as provas finais do nono ano, caso os alunos não possam regressar à escola e, quando voltarem à escola, terão de passar por um período, ainda que curto, de adaptação e de recuperação. A concluir, referiu que não vê que o Ministério da Educação tenha, neste momento, soluções para estes problemas e o discurso político, através do qual se pretende passar a imagem de que as Escolas estão a superar estes problemas, de que nada está perdido e de que vamos ter avaliação sumativa credível com aulas à distância é fantasioso e sem adesão à realidade. _____

A conselheira Manuela Machado disse concordar com a maioria das intervenções. Referiu, de seguida, ter gostado muito da reunião havida com o Secretário de Estado e Adjunto da Educação. Se nós andamos como andamos, como é que não andarás o Ministério da Educação, questionou. Defendeu que é essencial centrarmo-nos na saúde e reconheceu, ainda, que os Diretores e os Professores “arregaçaram as mangas” e deram o seu melhor. A concluir, referiu que neste momento está a pensar no segundo período e só depois é que pensará no terceiro. Agora há decisões a tomar com a avaliação neste segundo período. Quanto ao início do próximo ano letivo, tem de se prever a recuperação da matéria. Esta é uma necessidade a ter presente, rematou. _____

O conselheiro José António Sousa disse subscrever, na prática, tudo o que foi dito anteriormente. Adiantou, em reforço, que no seu Agrupamento entre trinta e cinco a quarenta e cinco por cento dos jovens e famílias não têm computador nem acesso à internet. Apenas seiscentos e cinquenta alunos vão ter computador. De seguida salientou que os professores não estavam vocacionados para este tipo de ensino e

que se encontram muito exaustos. Esta é uma situação que nos deve preocupar para o futuro, referiu. Admitiu ainda que, no terceiro período, não deverão acontecer aulas presenciais, pelo que as provas de aferição e as provas finais do nono ano não se devem realizar. Quanto aos exames do décimo primeiro e décimo segundo ano, é que não virá mal ao mundo se forem transferidos para setembro, rematou. A concluir, disse ser importante olhar para a dimensão dos programas e para as aprendizagens essenciais. Deve apurar-se quais as que são relevantes para que, no próximo ano letivo, possa ser alocado um tempo para recuperação das mesmas. _____

A seguir referiu que o Presidente do Conselho das Escolas poderia solicitar ao Ministério da Educação a pronúncia sobre dois cenários: um, a retoma normal das atividades letivas em junho e, neste caso, os exames do ensino secundário passariam para setembro; outro cenário, a não retoma das atividades letivas antes de agosto e assim seria tudo remetido para o próximo ano letivo. É seu entendimento, disse, que o Ministério da Educação tem de dizer alguma coisa sobre esta matéria. _____

A conselheira Lucinda Ferreira começou por referir que viveu momentos muito stressantes. A sua escola esteve encerrada devido ao COVID-19. Nestes tempos, os pais entreadjudaram-se. O mais difícil tem sido gerir duzentos e oitenta professores. Disse ter recursos internos, os quais vai organizar para o terceiro período, mas, adiantou, vai fazê-lo sem viver com muita ansiedade ou criando mais pressão. Viver um dia de cada vez até setembro é o melhor a fazer. A saúde mental dos alunos e dos professores que estão sob a nossa alçada é que se afigura importante. De seguida, salientou que não tem dúvidas que não se vão realizar as provas de aferição nem as provas finais do nono ano de escolaridade. Quanto ao ensino secundário salientou ser uma boa altura para se alterar o acesso ao Ensino Superior e a forma de selecionar os alunos. Disse ainda que o que a preocupa mais são os alunos dos cursos profissionais, pois há alunos que querem ir para o Ensino Superior e não tem sido possível realizar a prática simulada. A concluir, referiu concordar com a proposta do conselheiro António Castel-Branco e com a sugestão do conselheiro José António relativamente à redefinição daquilo que devem ser os conteúdos programáticos no próximo ano. _____

A concluir este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente propôs que, em sede da Comissão Permanente, fosse elaborada uma síntese das principais ideias e sugestões debatidas na presente reunião e a mesma fosse remetida ao Senhor Ministro da Educação, o que foi aprovado por unanimidade. _____

Ninguém mais querendo usar da palavra, o Presidente colocou à votação a minuta da ata da reunião, a qual foi aprovada por unanimidade. _____

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fernando Paulo Mateus Elias, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fernando Paulo Mateus Elias _____

José Eduardo Lemos _____